

Por Trás das Grades: O Silêncio Sobre os Presídios Femininos no Brasil¹

Gabriel Barros da Silva EDUARDO²

Julia Borsoi OLIVEIRA³

Natalia Vicente TEIXEIRA⁴

Maria Emilia Pelisson MANENTE⁵

William Silva de OLIVEIRA⁶

Centro Universitário Faesa – Vitória/ES

Resumo

O processo de concepção do produto audiovisual para mídias digitais, cujo conteúdo alinha-se ao debate ligado ao sistema carcerário no Brasil, é descrito neste artigo. A proposta do trabalho surgiu a partir da demanda de sala de aula, em que foi solicitado aos alunos do segundo período do curso de Jornalismo do Centro Universitário Faesa a leitura e posterior apresentação de um livro de temática jornalística, como trabalho final da disciplina de Técnicas de Apuração, Entrevista e Pesquisa, ministrada pela professora Maria Emília Pelisson Manente, no segundo semestre de 2018. A escolha do grupo que compõe este trabalho foi o livro Presos Que Menstruam, de Nana Queiroz, e é justificada por se tratar de um livro-reportagem-denúncia sobre o cotidiano dos presídios femininos brasileiros e pelo debate acerca de questões humanitárias e da representação feminina na sociedade.

Palavras-chave

Audiovisual; Direitos Humanos; Jornalismo; Presidiárias;

Introdução

Desenvolvido como trabalho final da disciplina de Técnicas de Apuração, Entrevista e Pesquisa, ministrada pela professora Maria Emília Pelisson Manente, presente na grade curricular do segundo período do curso de Jornalismo do Centro Universitário Faesa, este artigo apresenta a produção de uma videoreportagem⁷ para

¹Trabalho apresentado na IJ 1 – Jornalismo do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Estudante de graduação 3º período do curso de Jornalismo da Faesa, e-mail: gabrielbarros.vix@gmail.com

³ Estudante de graduação 3º período do curso de Jornalismo da Faesa, e-mail: julia-borsoi@hotmail.com

⁴ Aluna líder, estudante de graduação 3º período do curso de Jornalismo da Faesa, e-mail: nat.vicente1@hotmail.com

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da Faesa, e-mail: maria.emilia@faesa.br

⁶ Orientador do trabalho. Professor do curso de Jornalismo da Faesa, e-mail: william.silva@faesa.br

⁷ Videoreportagem disponível em: https://youtu.be/7_uz2es1A_E

mídias digitais, que foi realizada a partir da leitura do livro *Presos Que Menstruam*, da jornalista-ativista Nana Queiroz.

O livro narra histórias reais de detentas e ex-presidiárias, além de descrever o cotidiano do sistema carcerário feminino no país. A partir das histórias de vida das personagens, a autora aborda a representação feminina, o humanitarismo, o sistema carcerário feminino brasileiro e a negação dos direitos básicos das presidiárias. A leitura despertou o interesse pelo aprofundamento no tema, o que acarretou em uma pesquisa para a produção da videorreportagem. Levantamentos de dados e entrevistas foram o suporte fundamental na construção do produto final.

O trabalho é também interdisciplinar, uma vez que para a produção da videorreportagem foi utilizado o conteúdo da disciplina de Linguagem Audiovisual, ministrada pelo professor William de Oliveira, presente na grade curricular do segundo período do curso. O produto no formato de arquivo *High Definition YouTube 1080p* voltado para mídias sociais, em especial o *Youtube*⁸, tem a sua composição baseada nas técnicas de gravação de imagens, edição, construção de texto e da narrativa. Esses, como instrumento do trabalho jornalístico, devem ser construídos com responsabilidade. “Hoje, com os computadores, a responsabilidade do repórter cresce e se diversifica: ele não apenas deve apurar bem, mas formular seu texto como o melhor dos redatores e participar das tarefas de edição [...]” (LAGE, 2003, p.20).

Objetivos

Partindo da ideia de que os problemas do sistema carcerário brasileiro é pouco discutido socialmente, em especial dos presídios femininos, este trabalho tem como o objetivo sensibilizar o público e construir um diálogo reflexivo que leve ao aprimoramento do senso crítico ao levantar questões desumanas, vivenciadas pelas detentas nos presídios, A título de exemplo, podemos citar a superlotação e a privação de direitos básicos como “a dignidade da pessoa humana” garantida no Art. 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e diversas situações como as narradas na videorreportagem, são violadas.

⁸ Marca registrada da Google Inc.

Justificativa

O Brasil vivencia uma intensa crise no sistema carcerário. Com frequência, presidiárias sofrem com a supressão de serviços básicos, como atendimento médico, a falta constante de medicamentos e itens de higiene pessoal, sem mencionar a superlotação dos presídios do país. A situação desumana pode ser considerada ainda mais grave quando analisamos questões relacionadas à falta de respeito e de empatia pelo ser humano. Falas sociais como “bandido bom é bandido morto” ou “direitos humanos para humanos direitos” apontam claramente a invisibilidade do ser humano que está dentro do sistema carcerário.

Casos como o retratado pela Folha de S. Paulo⁹ em Novembro de 2016, que relembra o caso em que uma jovem ficou presa com 30 homens em um presídio no Pará, deixa claro a negação dos direitos das mulheres, uma vez que o Artº 37 do Código Penal Brasileiro, garante que “as mulheres cumpram pena em estabelecimento próprio, observando-se os deveres e direitos inerentes à sua condição pessoal”, e o Art. 5º, inciso XLVIII, da Constituição Federal do país, que determina o cumprimento da pena em ambientes distintos para pessoas de sexo, idade e natureza do crime cometido. Há leis específicas que garantem os direitos ligados ao gênero feminino, porém não são aplicadas. Ana Carolina Vingert aponta em sua monografia sobre a invisibilidade das mulheres em presídios, a falta de investimentos por parte do Estado com a raiz dos problemas no sistema carcerário brasileiro.

A verdade é que essas adequações necessitam de forte investimento por parte do Estado e nos leva à uma questão mais enraizada na nossa cultura. As mulheres presas de todo o Brasil enfrentam os mais diversos desafios, pois esses estabelecimentos especiais citados pela lei não existem, ficando elas a mercê de uma administração própria nas cadeias (VINGERT, 2015, p. 18).

Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2016, período em que o livro de Nana Queiroz teve a sua sétima edição publicada, revelam que os presídios brasileiros têm sua taxa de ocupação de 197,4%, número muito superior às vagas ofertadas pelo sistema. No Espírito Santo, a taxa chega a

⁹ Reportagem elaborada por Jeferson Bertolini e publicada em 03 de novembro de 2016.

144,7%. Ao discutir a situação do sistema, é importante ressaltar que cerca de 40,2% dos detentos tem a sua liberdade privada sem condenação por qualquer tipo de crime.

O levantamento elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, apresenta informações sobre o sistema penitenciário brasileiro entre Dezembro de 2015 e Junho 2016, além de um panorama em relação aos anos anteriores.

É importante destacar também a discrepância entre o número de homens e mulheres que têm suas liberdades privadas. No Espírito Santo cerca de 18.315 mil homens estão encarcerados e 1.098 mulheres se encontram na mesma situação. Quanto se trata da média nacional o número chega a 648.860 homens e 41.087 mulheres estão no sistema prisional. Esses números desconsideram pessoas detidas em delegacias.

O perfil dos presidiários apresentados pelo Infopen demonstra outros problemas, como a baixa qualidade e falta de interesse na educação no país, pois cerca de 61% das pessoas presas não possuem ensino fundamental completo. Outros dados que se destacam é que a maioria da população carcerária, 64%, é negra, e 55% são jovens entre 18 e 29 anos.

Em junho de 2018, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apresentou o projeto Sistema Prisional em Números, que analisa a situação carcerária no país e no mundo. O estudo classifica o Brasil como o terceiro maior país em taxa de ocupação dos presídios, com os 197,4%, ficando atrás apenas das Filipinas com 316% e o Peru com 230,7%.

O livro Presos Que Menstruam denuncia o tratamento desumano que é oferecido às detentas do sistema prisional. A autora destaca a falta de medicamentos, a ausência de produtos básicos de higiene para as mulheres, como absorventes, que são substituídos por miolos de pão (QUEIROZ, 2017, p.182), e situações ainda mais graves, grávidas que dão a luz no chão de suas celas sem qualquer tipo de atendimento médico.

Ao falar da crise no sistema carcerário, pouco se discute sobre a situação das mulheres. É preciso criar uma consciência de representação feminina na sociedade carcerária para que este tipo de situação não ocorra. Em entrevista ao Portal Terra¹⁰,

¹⁰ Reportagem elaborada por Júlia Paolieri e Wagner Machado, publicada em 15 de julho de 2015.

Nana argumenta a invisibilidade das necessidades femininas alegando que “as mulheres são esquecidas pelo próprio sistema carcerário que as trata como homens. A elas são oferecidos os mesmos auxílios que aos prisioneiros do sexo masculino, ignorando a diferença de gênero”.

O ser humano é a fonte primordial da reflexão que este trabalho propõe para a sociedade. Reafirmando a necessidade de discutir e aprimorar a qualidade do sistema penitenciário no Brasil, para que assim, os dizeres “Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”, presentes no artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sejam respeitados.

Métodos e Técnicas Utilizados

A ideia em trazer a público a situação dos presídios femininos no Brasil, surgiu em sala de aula, durante o desenvolvimento do trabalho final na disciplina de Técnicas de Apuração, Entrevista e Pesquisa no segundo semestre de 2018, e foi assessorado pela professora Maria Emília Pelisson Manente.

“Muitas reportagens resultam da observação de fatos que geralmente passam despercebidos” (LAGE, 2003, p.45), é desta maneira que nasce a videoreportagem sobre os presídios femininos no país. A leitura do livro Presos Que Menstruam resultou num conhecimento sobre o tema, e despertou um interesse para compreendê-lo, tornando necessária a busca por dados da organização do sistema penitenciário, através de fontes ligadas direta ou indiretamente ao assunto pouco discutido na sociedade atual.

A realização do trabalho começou com uma pesquisa descritiva-explicativa, e de técnicas aprendidas em sala de aula, tais como, conhecimento do tema, o planejamento, a apuração feita através de dados fornecidos pelo sistema, a construção da pauta, as orientações dos professores, a reserva de equipamentos, a gravação de imagens explorando os movimentos de câmera e diversidade nos planos, os enquadramentos, a construção do texto, as dramatizações elaboradas a partir do livro e as entrevistas pré-agendadas com profissionais das áreas de assistência social, antropologia e direito penal, a edição e finalização da videoreportagem.

O projeto conta ainda com o apoio técnico da disciplina de Linguagem Audiovisual que exerceu a função de suporte para a produção da videoreportagem para mídias sociais, em que os alunos exploram o processo desta linguagem. Utilizando vários recursos que o meio digital possibilita, a reportagem produzida estabelece um laço de

combinações de linguagens, em que a criatividade do jornalista, aliada a essa exploração de recursos, cria um novo modo de fazer jornalismo, onde a estética visual aliada ao tema exposto tem a capacidade de atrair o leitor/internauta que está constantemente em busca de novidades na internet (CARVALHO e LIMA, 2016, p.102-103).

As dramatizações apresentadas no produto final são baseadas em histórias reais, e foram retiradas do livro. A interpretação conta com a participação de três alunas do curso de Jornalismo, Carolina Vieira, Joyce Patrocínio e Maria Clara Leitão, que colaboraram com o projeto.

As entrevistas foram realizadas entre setembro e outubro de 2018. Foram entrevistados o psicólogo Fábio Nogueira, que supervisiona um projeto de assistência social na Penitenciária Feminina de Cariacica/ES, o professor, antropólogo e coordenador do projeto de Extensão do Centro Universitário Faesa, Virando a Página, que realiza atividades sociais no Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha/ES, Antônio Alves de Almeida, e a coordenadora de direito penal e defensora pública do estado Espírito Santo, Roberta Ferraz. A utilização destas fontes e a dramatização de algumas histórias das presidiárias narradas por Nana Queiroz são formas que o grupo encontrou de construir o debate da narrativa jornalística. Para Nilson Lage, a matéria jornalística pode surgir pela observação direta do repórter, entretanto,

a maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de fontes. É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas (LAGE, 2003, p.49).

Além do vídeo, na apresentação do trabalho foi utilizado um slide demonstrando o processo de escrita do livro e dados do sistema carcerário no estado do Espírito Santo.

O projeto teve início em setembro de 2018 e foi finalizado em novembro do mesmo ano.

Descrição do Produto e Processo

O vídeo surgiu a partir do livro *Presos Que Menstruam*, uma das leituras sugeridas pela professora da disciplina de Técnicas de Apuração, Entrevista e Pesquisa. A escolha desse livro se deu pela relevância do tema e pela vontade de falar sobre o funcionamento do sistema carcerário. A temática deste trabalho segue os princípios de reportagem apresentados por Nilson Lage, uma vez que “Não se trata apenas de acompanhar o desdobramento (ou fazer a suíte) de um evento, mas de explorar suas implicações, levantar antecedentes - em suma, investigar e interpretar” (LAGE, 2003, p.39).

A busca por fontes que pudessem esclarecer o modo como o sistema funciona, e que estivessem a fim de falar sobre as dificuldades enfrentadas pelas detentas fez com que a pesquisa de campo ganhasse a proporção de poder contribuir para a formação e o crescimento do senso crítico por meio das mídias digitais. Assim nasce o fazer jornalístico, “o repórter reconhece que não é ele que detém a informação (comportamento autoritário concentrado no produtor de notícia), mas que deve ir em busca daquela fonte que efetivamente tem o que dizer” (MEDINA, 1986, p.37).

A videorreportagem apresentada aqui começa com manchetes que foram publicadas em jornais e sites e que denunciam questões desumanas das presidiárias que sofreram abusos e violências dentro dos presídios.

Também foi utilizado o recurso das dramatizações de situações descritas na obra de Nana Queiroz para enfatizar a situação vivenciada pelas mulheres nos presídios. As dramatizações foram feitas em forma de depoimentos e são apresentadas no documentário entre as entrevistas realizadas.

As dramatizações foram gravadas no estúdio de televisão do Centro Universitário FAESA, e foi possível explorar os recursos técnicos como a utilização do fundo preto e iluminação centralizada. Nas entrevistas utilizou-se a filmadora da Panasonic, modelo AGC8.

O objetivo do trabalho é causar inquietação no público, fazendo com que ele possa enxergar o sistema carcerário de uma nova maneira, questionando a situação apresentada por diferentes ângulos, como por exemplo, os motivos que levaram as pessoas a estarem naquela situação. No vídeo, é possível identificar essa situação através das histórias das personagens Safira e Aline, apresentadas no livro e nas dramatizações.

Assim como a obra de Nana Queiroz, o vídeo produzido propõe uma reflexão sobre a realidade da sociedade contemporânea. O trabalho jornalístico neste contexto, não se resume em apenas criar e transmitir uma ideia, mas organizar visando uma interpretação clara da mensagem. Segundo Lage (2003, p.142), “além de saber redigir informações de imprensa ou como contá-las nos meios audiovisuais, [o jornalista]¹¹ deve descobrir como fazê-las à mente de seu público”.

Para reforçar os dados apresentados pela autora, utilizou-se a fala dos entrevistados Antônio Alves de Almeida, que reforça o entendimento dos conceitos de Direitos Humanos em sua entrevista, assim como Roberta Ferraz que atesta os direitos legalmente reconhecidos no Código Penal Brasileiro. Já Fábio Nogueira, descreve o comportamento psicossocial das detentas, em especial das mulheres que têm filhos.

Para alinhar todas essas ideias decupamos a fala de cada entrevistado e elaboramos o roteiro para a edição que foi realizada no programa Adobe Premiere Pro CC 2018¹². A finalização contou com uma trilha sonora escolhida no sentido de reforçar o drama vivido pelas presidiárias brasileiras.

Esse modelo de construção de narrativa jornalística herda a tradição da colaboração comunitária, em que a o fato torna-se secundário, e o desencadeamento que surge dele é evidenciado. Por tal razão, o meio da internet foi escolhido para publicação do produto final visando o debate que se estabelece. Estudos sobre o jornalismo na era digital apontam as transformações na narrativa. Para Castilho e Fialho (2013, p.120), “essa nova modalidade de produção de conteúdos textuais, sonoros e visuais [...] passa a ter uma função ainda mais importante do que a de gerar notícias”.

¹¹ Grifo dos autores do trabalho.

¹² Marca registrada da Adobe Systems Inc.

Considerações

A elaboração deste trabalho possibilitou a prática de conteúdos apreendidos em sala de aula, dando aos alunos a experiência na construção de um debate jornalístico em uma narrativa audiovisual, uma produção colaborativa de informações. Ao abordar o descaso e as dificuldades que as presidiárias brasileiras sofrem no sistema carcerário e como seus direitos humanos são violados, foi possível demonstrar para a sociedade que o sistema carcerário existe e não deve ser menosprezado. Uma das funções sociais que deve ser exercida pelos jornalistas e profissionais da comunicação é a empatia de se colocar no lugar do outro e de pensar em prol do bem comum.

Fazendo uma analogia com o texto do filósofo grego Platão, O Mito da Caverna, cuja ideia central é que o indivíduo pode ficar preso a ideias preestabelecidas e ao julgamento de determinado assunto sem antes conhecer, podemos compreender a importância da discussão do tema na sociedade atual. O indivíduo deve enxergar a real situação do sistema carcerário e buscar compreender as suas necessidades e o senso do bem comum, trazendo questionamentos e inquietações à sociedade acerca do tema.

Dentre as dificuldades encontradas ao longo da produção da videoreportagem, a falta de informação nos veículos de massa reforça a necessidade deste trabalho, e toda forma de ativismo social levantado por Nana Queiroz em sua obra, em criar uma discussão sobre o assunto.

A discussão social deve acontecer para que o governo possa analisar a crise e planejar soluções que visem a reintegração socioeducativa dos presidiários brasileiros e a representação feminina neste cenário. É importante lembrar que a sociedade precisa olhar, discutir e refletir sobre o tema, estando mais próximo possível da realidade social, e este trabalho preza pelo ser humano, reafirmando a necessidade de reconhecer que o erro também é humano.

Referências Bibliográficas

BERTOLINI, Jeferson. **Garota que ficou presa com 30 homens no Pará leva vida desprotegida**. Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1828880-garota-que-ficou-presa-com-30-homens-no-para-leva-vida-desprotegida.shtml>>. Acesso em: 31 Mar. 2019.

CARVALHO, Deise Ribeiro; LIMA, Verônica Almeida de Oliveira. **A utilização de elementos multimídia no jornalismo digital:** Um raio-x do especial “Crime Sem Castigo - Tudo Sobre o Contrabando no Brasil” da Folha de São Paulo. Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/viewFile/31529/16398>>. Acesso em: 05 Abr. 2019.

CASTILHO, Carlos; FIALHO, Francisco. O jornalismo ingressa na era da produção colaborativa de notícias. RODRIGUES, Carla (Org). **Jornalismo Online:** modos de fazer. Editora Sulina: Rio de Janeiro, 2013.

Código Penal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm>. Acesso em: 31 Mar. 2019.

Conselho Nacional do Ministério Público. **Sistema Prisional em Números.** Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> . Acesso em: 11 Mar. 2019.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 11 Mar. 2019.

LAGE, Nilson. **A Reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista:** O diálogo possível. São Paulo: Editora Ática, 1986. Disponível em: <https://issuu.com/emanuellimeira/docs/livro_entrevista-o_di_logo_oss_vel_cremilda_de_a>. Acesso em: 31 Mar. 2019.

PAOLIERI, Júlia; MACHADO, Wagner. **Prisões Femininas:** Presas usam miolo de pão como absorvente, 2015. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/prisoes-femininas-presas-usam-miolo-de-pao-como-absorvente,cbaec6a46c78ba371bf9e9b00dd051cd2i3uRCRD.html>>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

PLATÃO. **O mito da caverna.** Disponível em: <http://www.holos.org.br/wp-content/uploads/2012/02/o_mito_mito_da_caverna.pdf>. Acesso em: 12 Mar. 2019.

QUEIROZ, Nana. **Presos Que Menstruam**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SANTOS, Thandara. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**, 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 19 Fev. 2019.

SOUZA, Maria Eduarda. **Análise da população carcerária brasileira no cenário de superlotação**, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/71058/analise-da-populacao-carceraria-brasileira-no-cenario-de-superlotacao-a-medida-de-desencarceramento-dos-autores-de-infracoes-leves-por-meio-da-aplicacao-de-penas-alternativas>>. Acesso em 04 Fev. 2019.

VINGERT, Ana Carolina. **Mulheres Invisíveis**: Uma análise sobre a presidiária brasileira. Fundação Educacional do Município de Assis, 2015. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1211400247.pdf>>. Acesso em: 31 Mar. 2019.